

Atena
Editora
Ano 2021



HISTÓRIA:

Consensos e dissensos engendrados

**DENISE PEREIRA
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO
(ORGANIZADORAS)**

Atena
Editora
Ano 2021



HISTÓRIA:

Consensos e dissensos engendrados

DENISE PEREIRA
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO
(ORGANIZADORAS)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

História: consensos e dissensos engendrados

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: consensos e dissensos engendrados / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-231-6
<https://doi.org/10.22533/at.ed.316212806>

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Espírito Santo, Janaína de Paula do (Organizadora). III. Título.
CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Quando lemos um bom texto e nos sentimos satisfeitos com a argumentação de qualquer autor a respeito de suas ideias, se parece coerente ou verossímil, isso acontece por que o autor ou autora foi bem sucedido em demonstrar suas ideias e sua metodologia, apresentando o seu paradigma. Mas pensar em paradigma ou ainda no que o teórico Jörn Rüsen chamou de matriz disciplinar vai além da qualidade argumentativa e metodológica das ideias de qualquer texto. Um paradigma funciona como uma espécie de base que é reconhecida por um número considerável de pesquisadores e em torno das quais muitas ideias, e hipóteses são apresentadas e testadas. São os diálogos entre os paradigmas e matrizes que ajudam o pesquisador no caminhar em busca da compreensão de questões sociais e históricas, quaisquer que sejam, que estejam movendo as pessoas que pesquisam e escrevem.

Dentro desses sistemas amplos, ou matrizes, que acabam movendo os diferentes profissionais e suas práticas, e que acabam por articular escolhas de formulação e pesquisas diversos, não podemos dizer que há sempre o consenso ou o caminho único, uma única teoria que prevaleça ou valide os olhares possíveis aos inúmeros objetos.

Justamente por sua natureza plural, o trajeto da pesquisa é permeado por consensos e dissensos... Ou seja, por mais que exista um núcleo comum em torno do método e dos valores de rigor em cada pesquisa, os diferentes caminhos possíveis marcam uma produção intelectual do campo em que multiplicidade deva ser reconhecida e respeitada como que realmente é: uma miríade de possibilidades válidas. Assim, é importante enquanto pesquisadores estarmos atentos e conhecermos a fundo tanto o que prevalece comum e consensual, como toda e qualquer possibilidade de falta desse consenso, como características da riqueza do conhecimento e da história, do fortalecimento do diálogo entre os pares e portanto, da própria ciência.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A ELITE INTELECTUAL *ÁULICA*: JORNAIS, IDEIAS E OS SEUS REDADORES NA CORTE FLUMINENSE (1822-1831)

Nelson Ferreira Marques Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128061>

CAPÍTULO 2..... 12

A FACE INVISÍVEL DAS MULHERES IMIGRANTES POLONESAS NO BRASIL

Isabella Czamanski Rota

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128062>

CAPÍTULO 3..... 23

A POSSIBILIDADE DE LEITURA DO RELATO DE VIAGEM SOB A ÓTICA DO LUGAR DE MEMÓRIA

Douglas Pastrello

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128063>

CAPÍTULO 4..... 31

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E A RELAÇÃO COM O PROCESSO HIGIENISTA NA CIDADE DE TERESINA ENTRE OS ANOS (1852-1889)

Nara Viviany Moura de Oliveira

Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128064>

CAPÍTULO 5..... 45

SENSORY EVALUATION OF FOOD AND ITS EVOLUTION OVERTIME

Alice Vilela

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128065>

CAPÍTULO 6..... 59

CELEBRAÇÕES CÍVICAS REALIZADAS PELO GINÁSIO MUNICIPAL DE SERROLÂNDIA-BA NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)

Marconey de Jesus Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128066>

CAPÍTULO 7..... 69

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS E DOS CUIDADOS DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA EM PORTUGAL

Maria José de Oliveira Santos

Elisabete Soares Ferreira

Anabela Martins Pinto de Figueiredo

Manuela Maria da Conceição Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128067>

CAPÍTULO 8	81
DIVULGAÇÃO DAS CIÊNCIAS GEOLÓGICAS POR MEIO DA LINGUAGEM VISUAL: O PAPEL PEDAGÓGICO DO LIVRO DE TEXTO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	
Heitor Assis Júnior Pedro Wagner Gonçalves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128068	
CAPÍTULO 9	97
GEOGRAFIAS DA REPRESSÃO POLICIAL - RELIGIOSOS DA FREGUESIA DE SANT'ANNA NO RIO DE JANEIRO (1890 – 1929)	
Valquiria Cristina Rodrigues Velasco	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128069	
CAPÍTULO 10	109
HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTOLOGIA E DE PATOLOGIA	
Ana Margarida Calado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280610	
CAPÍTULO 11	121
HISTÓRIA DO LUGAR BRASIVIANO NA FRONTEIRA BRASIL – BOLÍVIA	
Francisco Marquelino Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280611	
CAPÍTULO 12	129
LEITURA DE MAPA: RELATO DE EXPERIÊNCIAS DOS ALUNOS DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO COLÉGIO PRESIDENTE CASTELO BRANCO	
Anna Clara Barbosa de Sousa Nilda Aparecida Pascoal Rezende	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280612	
CAPÍTULO 13	142
“LEMBRAR-SE É TER UMA LEMBRANÇA OU IR EM BUSCA DE UMA LEMBRANÇA”: COLETÂNEA DE ENTREVISTAS DOS/AS MORADORES DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO- MASCOTE BAHIA	
Luciara Santos dos Anjos Maria Sandra da Gama	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280613	
CAPÍTULO 14	152
O ASSUNTO-ÔNIBUS EM PROGRAMAS DE DEBATE NO JORNALISMO ESPORTIVO	
André Ricardo Carbone Egle Müller Spinelli	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280614	

CAPÍTULO 15	164
O CONCEITO DE DERIVADA NOS PROGRAMAS OFICIAIS DE MATEMÁTICA DO SÉCULO XX	
Ana Paula Florêncio Aires	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280615	
CAPÍTULO 16	177
O GUETO HOMOSSEXUAL E O TEXTO <i>SAINDO DO GUETO</i> DO JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA	
Vinícius Potrich de Souza Macedo Gonçalves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280616	
CAPÍTULO 17	186
O HOLODOMOR E SUAS REPRESENTAÇÕES A PARTIR DO JORNAL <i>CHLIBOROB</i>	
Henrique Schlumberger Vitchmichen	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280617	
CAPÍTULO 18	196
O <i>SALTÉRIO DE LUTTRELL</i> (C.1345): POSSIBILIDADES DE ESTUDO	
Jaime Estevão dos Reis	
Giovanni Bruno Alves	
Vinicius Tivo Soares	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280618	
CAPÍTULO 19	206
O VALE DO RIO TAQUARI COMO ANTRO DE “NEONAZISMO”?	
René Ernaini Gertz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280619	
CAPÍTULO 20	218
POBRES E DESVALIDAS: CLAMOR E CARIDADE NAS SÚPLICAS DAS MÃES DA SECA EM TERESINA (1877-1879)	
Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves	
Nara Viviany Moura de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280620	
CAPÍTULO 21	227
QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES NO INTERIOR BAIANO: A PRÁTICA DO FUTEBOL FEMININO NA CIDADE DE GUANAMBI-BA	
Nivalda Pereira Coelho	
Felipe Eduardo Ferreira Marta	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280621	

CAPÍTULO 22	234
SÃO JERÔNIMO: BREVE HAGIOGRAFIA Maria Cristina da Silva Martins  https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280622	
CAPÍTULO 23	245
SOIL SCIENCE: FROM BABYLON TO THE PRESENT Manuel Teles Oliveira  https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280623	
CAPÍTULO 24	255
TRICENTENÁRIO DA ESCRAVIDÃO: A IMPORTÂNCIA DA AQUISIÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA PARA A SENSIBILIZAÇÃO DO EDUCANDO Diogo da Silva Roiz Mirian Roberta Fernandes Pereira  https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280624	
CAPÍTULO 25	269
UM OLHAR SOBRE O URBANISMO E EDIFICAÇÕES NO MEDIEVO Damião Amati Fagundes  https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280625	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	282
ÍNDICE REMISSIVO	283

O CONCEITO DE DERIVADA NOS PROGRAMAS OFICIAIS DE MATEMÁTICA DO SÉCULO XX

Data de aceite: 23/06/2021

Data de submissão: 04/04/2021

Ana Paula Florêncio Aires

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro,
UTAD
Vila Real, Portugal
Lab_DCT do CIDTFF – Centro de Investigação
em Didática e Tecnologia na Formação de
Formadores
Aveiro, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-8138-3776>

RESUMO: Neste trabalho pretendemos analisar, guiados pelo filão histórico e tendo como intervalo temporal o séc. XX, a importância e evolução do conceito de derivada, desde a sua introdução, em 1905, nos programas oficiais de Matemática do ensino liceal, atualmente designado de ensino secundário. Temos como cenário um período marcado por significativas mudanças de regime político, que tiveram repercussões muito efetivas no ensino em geral, e no ensino da matemática em particular. Este estudo permitiu-nos concluir que a evolução do conceito de derivada nos programas curriculares de Matemática não foi linear, antes pelo contrário, verificamos progressos e retrocessos, indecisões e dúvidas, muito fruto das várias reformas de ensino que ocorreram durante o séc. XX.

PALAVRAS-CHAVE: Derivada, Matemática, Ensino secundário, Programas curriculares.

THE CONCEPT OF DERIVATIVE IN THE OFFICIAL MATHEMATICS PROGRAMS OF THE 20TH CENTURY

ABSTRACT: In this work we intend to analyze, guided by the historical lode and having as time interval the 20th century, the importance and evolution of the concept of derivative, since its introduction in 1905, in the official programs of Mathematics of high school, currently designated as secondary education. We have as scenario a period marked by significant changes of political regime, which had very effective repercussions in the teaching in general, and in the teaching of mathematics in particular. This study allowed us to conclude that the evolution of the concept of derivative in the official Mathematics programs was not linear, but on the contrary, we verified progress and setbacks, indecisions and doubts, much fruit of the various educational reforms that occurred during the 20th century.

KEYWORDS: Derivative, Mathematics, Secondary education, Curricular programs.

1 | INTRODUÇÃO

Sucessivas mudanças de regime político, com consequências diretas na perspetiva que se tem da educação marcaram o século XX. Abriu-se o século com o regime monárquico que presidiria aos primeiros anos, passando pelo regime republicano, que vigorou de 1910 até 1926, período da vigência do Estado Novo e que duraria até à revolução dos cravos, Abril de 1974, pondo fim aos longos cinquenta

anos de obscurantismo político, de ausência de liberdade, de fechamento internacional, de definhamento educacional. Com o 25 de Abril de 1974 entramos no que poderíamos designar de *educação em liberdade e para a liberdade*, inaugurando um novo ciclo político e ao mesmo tempo educativo. Com tão diferentes formas de organização política, verificaram-se mudanças significativas na linha de orientação seguida em matéria educativa. O lugar concedido ao estudo da Matemática nos planos curriculares do ensino secundário sofreu, conseqüentemente, alterações em função da maior ou menor importância concedida ao ensino em geral, e ao ensino da Matemática em particular (Aires, 2006).

Havendo um conjunto de orientações legais, emanadas do Ministério da Instrução Pública,¹ que regulamentavam os programas de ensino, neste estudo, considerou-se imperioso conceder um lugar fundamental à legislação portuguesa que norteou as questões educativas, e as várias reformas, do sistema e dos programas do ensino de Matemática que tiveram lugar ao longo do século XX (Carvalho, 1985).

Neste contexto realizamos uma investigação histórica sobre o conceito de derivada, fazendo uma análise através dos programas curriculares do século XX.

Para tal servimo-nos do método histórico pois descrevemos fenómenos ocorridos num passado mais distante ou num passado recente, tomando como fonte documental a legislação educativa e alguma bibliografia de referência da história da educação em Portugal (Berrio, 1976).

Por uma questão de organização e para levar a cabo esta investigação dividimos o século XX em quatro períodos marcantes para o ensino em geral e para o ensino da Matemática em particular: 1.º período: Introdução do conceito de derivada (1905-1963); 2.º período: Introdução das Matemáticas Modernas (1963-1974); 3.º período: Da Revolução de Abril à Lei de Bases do Sistema Educativo (1974-86); 4.º período: Da Lei de Bases do Sistema Educativo ao final do século XX.

2 | INTRODUÇÃO DO CONCEITO DE DERIVADA (1905-1963)

Ao longo deste período a estrutura do ensino manteve-se mais ou menos estável. Relativamente ao ensino liceal este encontrava-se dividido em dois ciclos:

- O curso geral de cinco anos, subdividido em dois ciclos ou secções: o primeiro ciclo (ou secção inferior) constituído por três anos (ou classes) e o segundo (ou secção média) constituído por dois anos;
- O curso complementar (3.ª secção ou secção superior) com dois anos, bifurcado em Letras e Ciências.

Foram várias as reformas implementadas ao longo deste período:

- Reforma de Eduardo José Coelho (30-8-1905)

¹ A 11 de Abril de 1936, é publicada a «Remodelação do Ministério da Instrução Pública», que passa então a designar-se por Ministério da Educação Nacional.

- Reforma de Alfredo de Magalhães (28-11-1918)
- Reforma de Joaquim José de Oliveira (26-9-1919)
- Reforma de Ginestal Machado (18-6-1921)
- Reforma de Ricardo Jorge (2-10-1926)
- Reforma de Alfredo Magalhães (22-1-1927)
- Reforma de Cordeiro Ramos (26-8-1930)
- Reforma de Carneiro Pacheco (14-10-1936)
- Reforma de Pires de Lima (17-9-1947).

Nesta investigação iremos apenas debruçar-nos sobre aquelas que se constituíram como verdadeiros marcos e trouxeram algo de novo relativamente ao conceito em estudo. Neste contexto a primeira reforma do ensino liceal do século XX é publicada a 30 de agosto de 1905 pelo então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios, Eduardo José Coelho. Os programas relativos a esta reforma foram publicados no D.G.² n.º 250 de 4 de Novembro de 1905.

É exatamente com a reforma de Eduardo José Coelho que assistimos à introdução, pela primeira vez, da noção de derivada nos programas do ensino liceal. Esta aparece na VII classe (ou 7.º ano) do curso complementar de Ciências no capítulo destinado à Álgebra que contempla os seguintes conteúdos:

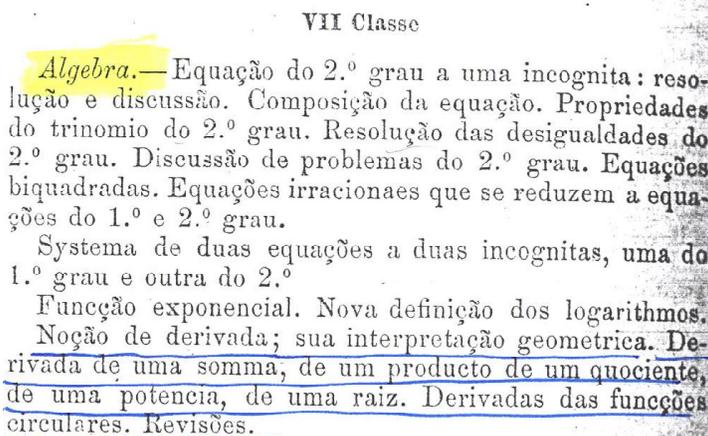


Figura 1- Capítulo de Álgebra do Programa de Matemática da VII classe.

Pensamos que o conceito de derivada foi aqui introduzido de uma forma desgarrada, sem a preocupação de uma sequência lógica de temas nem a articulação com os outros

2 Utilizamos a sigla D.G. para designar o Diário do Governo, onde é publicada a legislação, citado abundantemente neste trabalho, já que constituiu a fonte preferencial para se estudar as reformas do sistema de ensino e os programas.

conteúdos lecionados, sobretudo se tivermos em atenção que tópicos como a classificação de funções e a noção de continuidade são lecionadas no ano anterior, na VI classe, também no capítulo de Álgebra.

Ainda subjugados a um regime ditatorial presidido por Sidónio Pais, em 1918 Alfredo de Magalhães, responsável pela instrução leva a cabo a segunda reforma do ensino liceal que se revelou como um marco incontornável para o nosso objeto de estudo. Os programas relativos a esta reforma foram aprovados a 27 de Novembro de 1918 (Decreto n.º 5:002 do D.G. n.º 257 de 28 de Novembro de 1918). Relativamente ao conceito de derivada, este era alvo de estudo agora na VI classe e num novo capítulo, até agora não existente, com a designação de “Elementos de Cálculo Infinitesimal”. Parece-nos que a justificação para a existência deste capítulo prende-se com o facto de aí ter também sido introduzida a noção de integral. Importa referir que é a primeira vez que aparece um capítulo com esta designação nos programas da disciplina de Matemática, facto tanto mais relevante quanto, na reforma anterior o conceito de derivada havia sido introduzido pela primeira vez no programa de Matemática do ensino liceal, mas num capítulo de Álgebra. Deste modo podemos afirmar que esta reforma se reveste de um carácter muito importante na medida em que, pela primeira vez, o Cálculo Infinitesimal ganha a autonomia, já anteriormente conquistadas por outras áreas da Matemática como a Aritmética, a Álgebra e a Geometria.

Ainda de realçar outro aspeto é a introdução, neste capítulo, do conceito de limite a anteceder o estudo da noção de derivada, bem como a noção de integral, embora de uma forma simples, a finalizar o capítulo, que fica assim estruturado:

VI classe (curso complementar de ciências)

Elementos de Cálculo Infinitesimal:

Teoria dos limites. Teoremas sobre os limites da soma, produto e cociente.

Derivada: importância desta noção. Derivada duma soma, dum produto, dum cociente, duma potência, duma raiz, duma função de função.

Noção de integral (basta mostrar a existência em casos particulares).

Aplicações.

O programa da VI classe termina com um capítulo reservado à Trigonometria Plana, aonde são também estudadas as derivadas das funções circulares.

Vinte e oito de Maio de 1926, constitui um marco fundamental para a compreensão da evolução da educação em Portugal, na medida em que assinala um golpe de estado que pôs fim à 1ª República. Fatigados da instabilidade permanente em que mergulhara o país nos sucessivos governos republicanos a população aceitou com agrado ou, pelo menos sem grande inquietação, o golpe militar. Mesmo destacadas figuras da intelectualidade portuguesa, reconhecidas pela defesa dos valores democráticos, como o pedagogo e filósofo António Sérgio, o pedagogo João de Deus, ou o matemático Bento de Jesus Caraça reconheciam a urgência e necessidade de pôr cobro à situação de crise e ingovernabilidade

em que mergulhara o país. No entanto, rapidamente perceberam o malogro sofrendo as perseguições movidas pela ditadura (Carvalho, 1985).

António de Oliveira Salazar, professor de Economia e Finanças da Universidade de Coimbra, acaba por ser convidado a assumir o cargo de Ministro das Finanças, cargo que mantém durante dois meses, até ser exonerado em 30 de Julho de 1926. Com a nomeação para o cargo de Ministro da Instrução Pública de Artur Ricardo Jorge este vai desencadear um conjunto de transformações importantes em relação à estrutura curricular e programas, ao promulgar o estatuto da instrução secundária (Decreto n.º 12: 425 do D.G. n.º 220 de 2 de Outubro de 1926). Os programas relativos a esta reforma foram publicados a 2 de Novembro de 1926 (Decreto n.º 12:594 do D.G. n.º 245). Relativamente ao conceito de derivada este passa, novamente, a fazer parte dum capítulo de Álgebra mas agora na IV classe, portanto ainda no curso dos liceus e para todos os alunos. O capítulo tem a seguinte estrutura:

IV classe (curso dos liceus)

a) Continuação do estudo da álgebra:

Sistemas de equações do 1º grau; sua resolução.

Noção de número irracional.

Radicais, suas operações.

Generalização da noção de potência: expoentes negativos e fraccionários, expoente nulo.

Equação do 2º grau a uma incógnita.

Resolução, em casos simples, de problemas do 2º grau a uma incógnita.

Equação biquadrada.

Sistemas de duas equações a duas incógnitas, uma do 2º grau e outra do 1º.

Noção de limite, apresentada por meio de exemplos da aritmética, da álgebra e da geometria.

Noção de derivada.

Note-se que relativamente ao conceito em estudo apenas é escrito “noção de derivada”, o que constitui um retrocesso em relação à reforma anterior, na qual este conceito integrava um capítulo próprio, Elementos de Cálculo Infinitesimal, onde, para além de merecer uma atenção muito maior, estava também melhor integrado numa sequência mais lógica de conteúdos. Importa também referir que noções de função e continuidade só eram lecionadas dois anos depois, no curso de Ciências, num capítulo intitulado *Complementos de Álgebra*. Deste modo podemos dizer que esta reforma é marcada pela perda da autonomia da Análise, só retomada com a introdução das Matemáticas Modernas.

A 18 de Janeiro de 1936 é nomeado Ministro da Instrução Pública António Carneiro Pacheco que publica a 11 de Abril de 1936 a “Remodelação do Ministério da Instrução

Pública”, passando então a designar-se Ministério da Instrução Nacional, evidenciando a intenção política da ditadura, de transformar a escola num veículo de transmissão da doutrina do Estado Novo.

A reforma do ensino liceal aconteceu a 14 de Outubro de 1936 (Decreto n.º 27:084 do D.G. n.º 241) sendo caracterizada por uma profunda desvalorização da instrução o que convergiu na simplificação e diminuição drástica dos conteúdos programáticos, verificando-se a ausência de alguns temas, em particular, no programa de Matemática do ensino secundário do ensino do conceito de derivada.

Volvidos nove anos, a 17 de Setembro de 1947 é publicada aquela que seria a última reforma do ensino liceal dos primeiros cinquenta anos do século XX (Decreto n.º 36:507 do D.G. n.º 216), tendo sido seu autor Fernando Andrade Pires de Lima.

Com os respetivos programas curriculares publicados a 22 de Outubro de 1948 (Decreto n.º 37:112 do D.G. n.º 247) assiste-se à meritória decisão de reintroduzir o conceito de derivada no programa de Matemática, excluída desde 1936 ainda que num capítulo de Álgebra do 7.º ano (Aires & Santiago, 2014). A parte deste capítulo referente ao ensino das derivadas encontra-se agora reduzida aos seguintes pontos:

7.º ano (curso complementar de ciências)

Álgebra:

O problema das tangentes e o das velocidades; noção de derivada de uma função num ponto; função derivada. Derivadas das funções algébricas e das funções circulares directas; derivada da função de função.

3 I INTRODUÇÃO DAS MATEMÁTICAS MODERNAS (1963-1974)

Em 1963, à semelhança do que se vinha fazendo noutros países europeus, deu-se a introdução das Matemáticas Modernas em Portugal, que foi vista como uma “Revolução no ensino”, sendo desta forma referida pelos meios de comunicação (Aires & Santiago, 2014). O seu principal impulsionador foi o ilustre matemático e pedagogo José Sebastião e Silva (1914-1972) que leva a capa uma experiência-piloto nos 6.º e 7.º anos do ensino liceal (equivalente aos atuais 10.º e 11.º anos de escolaridade). Como suporte teórico Sebastião e Silva redige compêndios (textos-piloto) e guias didáticos com algumas recomendações muito atuais, acerca do ensino da Matemática e orientações metodológicas referentes aos vários temas tratados nos compêndios para facilitar a tarefa dos professores. No texto-piloto era patente a preocupação em introduzir novos temas e novas abordagens de temas já anteriormente lecionados, de forma a permitir uma maior proximidade e articulação entre a matemática do ensino secundário e a matemática do ensino superior. Os programas do ensino complementar de Ciências (6.º e 7.º anos), sofrem assim profundas alterações. O novo programa experimental inclui como novos temas: Lógica, Teoria dos conjuntos, Álgebra (estruturas algébricas, números complexos, álgebra de Boole, álgebra linear),

Cálculo integral, Probabilidades, Estatística e Cálculo Numérico Aproximado. Alguns temas “clássicos” como Cálculo Diferencial, Trigonometria e Geometria Analítica mantinham-se, enquanto que a Aritmética Racional era suprimida. As alterações não diziam respeito somente aos temas abordados, constatamos diferenças importantes quanto à forma como aqueles eram apresentados, bem como às conexões entre os mesmos. O conceito de *derivada* aparece no 7.º ano, mais concretamente no volume II do texto-piloto, no capítulo intitulado “Introdução ao Cálculo Diferencial”.

7.º Ano (Curso Complementar de Ciências)

Capítulo I: Introdução ao Cálculo Diferencial

§1. Cálculo Numérico Aproximado

§2. Teoria dos limites de Sucessões

§3. Limites de Funções de variável real

§4. Derivadas:

Conceitos fundamentais e regras de derivação. Conceito de diferencial; regras de diferenciação. O conceito de diferencial nas ciências da natureza. Derivadas das funções exponencial e logarítmica. Derivada da função logarítmica. Derivadas das funções circulares. Máximos e mínimos: concavidades e inflexões. Teorema de Cauchy. Método da tangente (ou de Newton). Método da corda (ou regra da falsa posição). Interpolação por diferenças finitas.

A partir de 1967, com a criação do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (com a designação de 1.º e 2.º anos do Ciclo Preparatório), a estrutura do ensino liceal sofre algumas alterações.

Assim:

- o curso geral é agora constituído por três anos (designados por 3.º, 4.º e 5.º anos);
- o curso complementar com a duração de dois anos bifurcado em Letras e Ciências.

4 I DA REVOLUÇÃO DE ABRIL À LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO (1974-86)

Em 1974 são publicados pelo Ministério da Educação e Cultura novos programas para o ensino liceal, para vigorarem nesse mesmo ano letivo. Relativamente à disciplina de Matemática são publicados dois programas: um relativo às Matemáticas Modernas, onde é ainda patente a influência de Sebastião e Silva, embora este tenha sido encurtado e os temas tratados simplificados. Neste programa o conceito de derivada é lecionado no 2.º ano do curso complementar (antigo 7.º ano) de Ciências, num capítulo intitulado “Introdução à Análise Infinitesimal”, com a seguinte estrutura:

2.º ano do curso complementar de ciências

Introdução à Análise Infinitesimal

1.1 Cálculo numérico aproximado

1.2 Limite de sucessões

1.3 Limites de funções de variável real

1.4 Funções contínuas

1.5 Derivadas e primitiva:

Derivada de uma função num ponto; significado geométrico. Derivabilidade e continuidade. Função derivada. Interpretação cinemática do conceito de derivada. Regras de derivação. Derivada da função inversa e derivada da função composta. Aplicações das derivadas: sentido da variação de uma função, concavidades, gráficos e problemas concretos. O problema da primitivação. Primitivação imediata e primitivação por decomposição. Aplicações simples do cálculo de primitivas.

Outro programa relativo à Matemática Clássica para o 1.º ano do curso complementar, pois, apesar da generalização do ensino das Matemáticas Modernas, ainda coexistiam com estas turmas, outras onde se leccionava a Matemática Clássica. O programa da Matemática Clássica constituía uma simplificação e redução do anterior, tal como é dito na nota prévia que antecede o programa:

“O programa de Matemática Clássica para o Curso Complementar, que agora se estabelece é muito mais simples do que o anterior: reduz-se não só a matéria, como o número de demonstrações a exigir; a arrumação dos assuntos é diferente procurando-se encaminhar do mais simples para o mais complexo” (Ministério da Educação e Cultura, 1974, p. 30).

Relativamente ao conceito de derivada este é leccionado no 1.º ano do curso complementar (antigo 6.º ano) de Ciências.

1.º ano (Curso Complementar-Matemática Clássica)

2.7 As funções de variável natural. Limites de sucessões.

Limites de funções de variável real: continuidade.

Derivadas: definição de derivada de uma função num ponto e sua interpretação geométrica.

Derivabilidade e continuidade (com demonstração).

A função derivada. Regras de derivação, incluindo a derivada da raiz. Dedução nos casos da soma, produto, potência e derivada da função inversa.

Aplicação a problemas de máximos e mínimos e representação gráfica de funções.

Nos anos subsequentes à Revolução de Abril, a estrutura do sistema do ensino secundário (anteriormente designado de ensino liceal) sofreu algumas alterações importantes de que se evidenciam as seguintes:

- A unificação do curso geral que teve início no ano letivo de 1975-76 e decorreu até 1980, dando origem ao Curso unificado, com a duração de três anos (7.º, 8.º e 9.º anos), oferecendo para o 9.º ano várias áreas vocacionais;
- A introdução nos anos letivos de 1978-79 e 1979-80, após o 9.º ano, do 10.º ano e 11.º ano, respetivamente que constituem assim o curso complementar do ensino secundário, vindo substituir o curso complementar dos liceus.
- A introdução no ano letivo de 1980-81 do 12.º ano, transferindo-se para este ano não só as características vestibulares relativamente ao ensino superior, mas também toda a experiência e ensinamentos que se foram acumulando ao longo dos anos anteriores.

O programa de Matemática para o primeiro ano de funcionamento do 11º ano, no ano letivo de 1979-80, é publicado pela Direção-Geral do Ensino Secundário com a data de homologação de 6 de junho de 1979. Neste podemos ver um capítulo inteiramente dedicado ao estudo das *derivadas*, intitulado: “Derivadas de funções reais de variável real”. Este capítulo tem a seguinte estrutura:

11.º ano

Derivadas de funções reais de variável real:

1. *Derivada de uma função num ponto: significado geométrico.*

2. *Derivadas laterais: interpretação geométrica.*

3. *Derivabilidade e continuidade.*

4. *Função derivada.*

5. *Regras de derivação.*

6. *Derivada de uma função inversa.*

7. *Derivada de uma função composta.*

8 *Aplicações das derivadas.*

No ano letivo de 1980-81 é a vez de entrar em funcionamento o 12.º ano. O programa de Matemática estava dividido em duas partes: Álgebra e Análise Real. Na 2ª parte encontramos um capítulo exclusivamente dedicado ao estudo das *derivadas*: “Complementos sobre derivação de funções reais de variável real”. Aqui completa-se o estudo das derivadas feito no 11.º ano, relativamente às derivadas de funções só estudadas neste ano como a função exponencial e logarítmica. O capítulo é assim estruturado:

12.º ano

5. Complementos sobre derivação de funções reais de variável real:

5.1 *Derivação das funções circulares e das “funções” circulares inversas.*

5.2 *Derivação da função exponencial e da função logarítmica.*

5.3 *A noção de diferencial de uma função num ponto; interpretação geométrica; regras de diferenciação.*

5 I DA LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO AO FINAL DO SÉCULO XX

A 14 de Outubro de 1986 é publicada no Diário da República³ a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86) a qual constitui um quadro inovador e organizador do desenvolvimento futuro do sistema educativo. Esta lei procura estruturar o ensino de uma forma global, pondo cobro a uma situação de alguma desarticulação vivida pelas inúmeras alterações que haviam sido introduzidas no sistema, com medidas avulso. Desta feita, com a Lei de Bases do Sistema Educativo a estrutura de ensino fica organizada da seguinte forma:

- O ensino básico com tem três ciclos sequenciais: 1.º ciclo com quatro anos (1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos); 2.º ciclo com dois anos 5.º e 6.º anos); 3.º ciclo com três anos (7.º, 8.º e 9.º anos).
- O ensino secundário com a duração de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos).

A 29 de agosto de 1989 são publicados os “Novos Planos Curriculares dos Ensinos Básico e Secundário” (Decreto n.º 286/89 do D.R. n.º 198). Surgem assim novos programas para as várias disciplinas. Relativamente aos programas de Matemática do ensino secundário estes foram publicados em Janeiro de 1991, sob a forma de um livro para o conjunto dos três anos deste ciclo. Podia ler-se na capa: “Programa de Matemática (10.º-12.º anos) para aplicação em regime de experiência pedagógica” (Ministério da Educação, 1991). Estes programas são postos em prática logo no ano letivo de 1991-92 em regime de experiência pedagógica só se tornando definitivos a partir do ano letivo seguinte.

É de realçar que nestes programas se apostava numa organização progressiva das matérias, em particular das tarefas da Análise, tendo por base a categoria de *funções*, isto é: no 11.º ano eram estudadas as funções polinomiais e algébricas e, portanto, nesta fase o estudo e aplicações dos conceitos de limite, derivada e primitiva eram restringidos apenas a estas funções. De igual modo no 12.º ano, em três momentos do programa, ampliava-se o leque das funções a estudar, que passa a englobar funções irracionais, funções trigonométricas e funções exponenciais e logarítmicas. Também aqui, em cada um destes momentos, são postas em prática todas as ferramentas da análise já conhecidas dos alunos e é chegado o momento de aperfeiçoar os conceitos para serem traduzidos em linguagem simbólica.

O conceito de *derivada* é exatamente um exemplo em que o estudo é feito no 11.º e 12.º anos de uma forma sequenciada e ampliada. Assim, aparece no 11.º ano num capítulo denominado “Funções-III-Limites. Derivadas” com a seguinte estrutura:

11.ºAno

7. Funções-III-Limites. Derivadas.

-Limites e continuidade de funções.

³ Diário da República n.º 237/1986, Série I de 1986-10-14.

-Derivação de funções racionais. Segunda derivada.

Aplicações.

Aparece ainda no 12.º ano em dois capítulos intitulados: “Funções-V-Complementos sobre Derivadas” e “Funções-VI-Funções trigonométricas em \mathbb{R} ”.

12.º ano

2. Funções-V-Complementos sobre Derivada

-Derivada da função inversa e da função composta; aplicações.

Derivadas sucessivas. Derivadas de funções implícitas.

-Estudo de funções irracionais.

6. Funções-VI- Funções Trigonométricas em \mathbb{R}

-Fórmulas. Equações e identidade.

-Seno, co-seno e tangente como funções de variável real.

-Limites, continuidade, derivada, variação.

-Primitivas imediatas: cálculo de áreas.

Estes programas vigoraram até 1997, altura em que deram lugar a “novos” programas, que, em boa verdade, não eram mais que os mesmos programas com pequenos ajustamentos que vieram dar resposta às muitas críticas que foram sendo apontadas. Este programa começou a ser aplicado logo no ano letivo de 1997-98, no 10.º ano, no ano letivo de 1998-99 no 11.º ano e no ano letivo seguinte no 12.º ano.

O estudo das derivadas aparece no 11.º no capítulo: “Introdução ao Cálculo Diferencial I” e no 12.º ano nos capítulos “Introdução ao Cálculo Diferencial II” e “Trigonometria e Números Complexos, cujos capítulos apresentam as seguintes estruturas:

11.º ano

2-Introdução ao Cálculo Diferencial I-Funções Racionais e com Radicais.

Taxa de variação/derivada:

-Estudo de propriedades das Funções racionais do tipo $f(x)=a+b/(cx+d)$; referência à hipérbole.

-Aproximação experimental da noção de limite.

-Operações com funções: soma, diferença, produto, quociente, composição.

-Noção da taxa média de variação; noção da taxa de variação; interpretação geométrica e física.

-Determinação da derivada em casos simples; aplicações.

-Inversão de funções; funções com radicais quadráticos e cúbicos.

2-Introdução ao Cálculo Diferencial II:

-Função exponencial e função logarítmica de bases maiores que 1.

Regras operatórias de exponenciais e logaritmos. Aplicações concretas.

-Limite de função segundo Heine; propriedades operatórias sobre limites;

limites notáveis. Indeterminações. Assíntotas.

-Continuidade. Teorema de Bolzano-Cauchy e aplicações numéricas.

-Funções deriváveis. Regras de derivação e derivadas de funções elementares.

Segunda definição do número e . Segundas derivadas e concavidade.

-Estudo de funções em casos simples.

-Problemas de otimização.

Foram estes programas vigoraram até ao final do século XX.

3-Trigonometria e Números Complexos:

-Funções seno, co-seno e tangente; estudo de propriedades; cálculo de derivadas.

-Introdução histórica dos números complexos, através dos problemas da resolubilidade algébrica.

-Complexos na forma algébrica e na forma trigonométrica.

-Operações.

-Domínios planos e condições em variável complexa.

6 I FINAIS

No *terminus* desta investigação e tendo em conta o nosso objetivo consideramos que deveriam ser evidenciados alguns aspetos que julgamos importantes.

Em primeiro lugar importa referir que a análise das sucessivas reformas educativas que marcaram o século XX, reforça a importância da análise histórica para o desenvolvimento da educação matemática e para uma melhor compreensão deste domínio.

Em segundo lugar que o estudo da noção de derivada, seguindo o método histórico, chama a atenção para o facto de que as noções matemáticas não se desenvolvem de maneira autárquica, mas antes conectadas entre si. Ao mesmo tempo faz-nos compreender que a evolução do conceito em estudo não foi linear, antes pelo contrário, verificamos progressos e retrocessos, indecisões, dúvidas, hesitações. Desde a introdução da noção de derivada no plano de estudo do ensino liceal, no ano de 1905 até ao final do século XX, com exceção da reforma de Carneiro Pacheco, em 1936, em que aquela foi suprimida, assistimos a uma afirmação e aumento do espaço dedicado ao ensino das derivadas. Além disso, observa-se uma evolução começando por um largo período em que este possui uma identidade própria até às últimas reformas nas quais se valoriza o seu carácter instrumental (Aires, 2006). De facto, aquando da introdução do conceito de derivada nos programas oficiais do ensino liceal, em 1905, até à reforma de 1929 pela análise dos programas podemos constatar que a tónica era posta na definição formal do conceito. Também com

o programa de Matemática de 1947 começa-se a ter uma visão diferente das derivadas, passando-se a utilizar as derivadas como uma “arma analítica” para aplicar ao estudo da variação das funções (sentido de variação e extremos relativos de uma função). Com a introdução das Matemáticas Modernas esta nova abordagem torna-se mais evidente sendo muito frequente aparecer no programa um parágrafo dedicado às aplicações das derivadas como por exemplo, sentido da variação de uma função, concavidades, gráficos e problemas concretos, ao mesmo tempo que não se descarta o carácter formal do conceito. Posteriormente, consolida-se a tendência das Matemáticas Modernas de considerar o conceito de derivada em si mesmo, definindo-se derivadas laterais.

Com os programas de 1991 assiste-se à apresentação da noção de derivada como limite da taxa de variação média e a problemas de otimização como aplicação das derivadas. Finalmente com o programa ajustado de 1997 a tendência é para abordar o conceito de derivada de uma forma mais fenomenológica, ou seja, relacionada com fenómenos da natureza e da vida diária (Aires, 2006).

REFERÊNCIAS

AIRES, A. P. **O conceito de derivada no ensino secundário em Portugal ao longo do século XX.** 2006. 298 p. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Faculdade de Educação, Universidade de Salamanca, Salamanca, 2006.

Aires, A. P.; Santiago, A. E. Os programas de Matemática do ensino liceal em Portugal. *In* Almeida, A. J. *et al* (org.), **A Matemática nos programas do ensino não-superior-1835-1974.** Lisboa: UIED, 2014, cap. 3, p. 71-94.

Berrio, J. L. El método histórico em la investigación histórica de la educación. **Revista Española de la Pedagogía**, Madrid, n.134, p. 449-475, 1976.

CARVALHO, R. **História da Educação em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar.** 1.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. 964 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA [MEC]. **Matemática- Programa para o ano letivo 1974-1975, Ensino Liceal.** Lisboa: [MEC], 1974.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO- DEPARTAMENTO DO ENSINO SECUNDÁRIO **Programa de Matemática (10.º-12.º anos) para aplicação em regime de experiência pedagógica.** Lisboa: Casa da Moeda, 1991.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Amazônia boliviana 121
Análise de dados sensoriais 46
Atividades práticas 129, 136, 137, 140, 141, 266
Áulicos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 10

C

Celebrações 59, 61, 64, 65
Ciência 33, 81, 83, 109, 111, 115, 118, 119, 245, 262, 270, 271
Cientista sensorial 46
Código penal 97, 98, 105, 106
Consumidor 46
Cuidados de saúde 69, 71, 75, 79
Cultura 2, 8, 10, 12, 14, 16, 22, 25, 27, 28, 29, 30, 44, 62, 101, 105, 121, 128, 151, 155, 156, 170, 171, 176, 182, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 266, 279, 282

D

Ditadura 59, 60, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 168, 169, 178, 184

E

E-nose 45, 46, 54, 55
E-tongue 45, 46, 55
Elite intelectual 1, 5, 6, 7, 8, 9
Ensino 7, 60, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 76, 78, 82, 94, 95, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 141, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 215, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 266, 267, 268, 269, 281, 282
Ensino fundamental 129, 130, 131, 134, 258

G

Georreferenciamento 97
Ginásio Municipal de Serrolândia 59, 60, 61, 62, 63, 65, 67

H

Histologia 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118

I

Identidade 2, 11, 12, 21, 22, 27, 29, 113, 121, 122, 125, 126, 127, 137, 174, 175, 178, 183,

185, 194, 198, 258, 260, 264, 266, 267

Imigração 12, 14, 18, 19, 22, 78, 193, 194, 209, 212

Imprensa 1, 2, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 122, 153, 155, 157, 158, 160, 162, 177, 178, 179, 185, 186, 192, 193, 194, 207, 208, 210, 212, 216, 237

L

Leitura de mapas 129, 130, 131, 132, 134, 141

Lugar 19, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 42, 99, 103, 106, 115, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 134, 135, 136, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 160, 165, 174, 175, 183, 203, 208, 219, 228, 232, 239, 242, 259, 261, 263, 266, 274

Lugar de memória 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 143, 144, 150

M

Medicina 8, 98, 109, 110, 113, 115, 116, 117

Memória 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 43, 61, 63, 67, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151, 162, 187, 193, 194, 217, 228, 229

Microscópio 109, 111, 113, 114, 115, 116, 117

Mulheres 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 41, 42, 61, 68, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 98, 100, 101, 105, 110, 149, 179, 180, 183, 184, 198, 218, 219, 220, 224, 225, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 238

P

Patologia 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117

Políticas 1, 2, 3, 4, 7, 9, 15, 38, 60, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 79, 111, 179, 181, 184, 190, 191, 255, 256, 259, 260, 264

Práticas cívicas 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67

R

Relatos de viagens 23, 25, 27

Repressão policial 97, 100, 105

Reprodutiva 69, 70, 71, 73, 74, 75, 78, 79, 229

Rio de Janeiro 1, 6, 8, 10, 11, 22, 30, 43, 67, 78, 95, 97, 98, 99, 101, 103, 105, 106, 107, 108, 128, 141, 150, 161, 162, 163, 177, 179, 180, 184, 185, 226, 268

S

Salubridade 31, 32, 33, 36, 38, 39, 42

Santa Casa de Misericórdia 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42

Saúde sexual 69, 70, 71, 73, 75, 76, 78, 79

Seringueiros brasivianos 121

T

Teresina 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 218, 219, 220, 222, 224, 226

Atena
Editora

Ano 2021



HISTÓRIA:

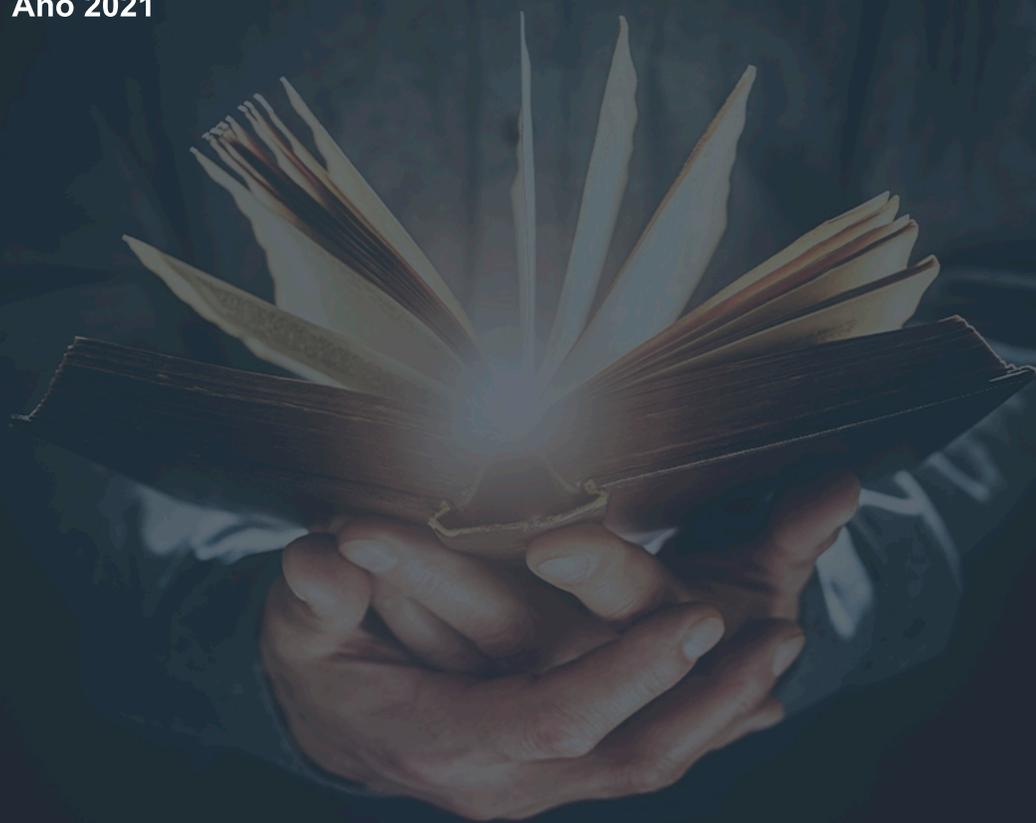
Consensos e dissensos engendrados

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



HISTÓRIA:

Consensos e dissensos engendrados

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)